



## **MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**

### **AOS ÍNCLITOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGUDOS - ESTADO DE SÃO PAULO IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**Referência:**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 881/2025**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de terceirização de mão de obra para as funções de motorista; zelador e recepcionistas, visando atender às necessidades da prefeitura de Agudos, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**MG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, CNPJ/MF 46.887.173/0001-74, estabelecida na RUA URUGUAI 1-65, BLOCO 1 APT 11, JARDIM TERRA BRANCA, 17.054-150, Bauru - SP neste ato representada pelo seu SÓCIO Sr. GABRIEL SILVA MARINHO portador da Carteira de Identidade nº 48.811.896-7 SSP/SP e do CPF/MF nº 424.895.108-86, vem com o devido acato e respeito à honrosa presença de Vossas Senhorias, com fulcro no art. 164 da Lei 14.133/2021, do edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 881/2025, deste município, interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:**

#### **1 - DA TEMPESTIVIDADE**

**Conforme dicção do art. 164 da Lei 14.133/2021, o prazo para impugnar o edital é de 3 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública, que no presente caso, está marcada para a data 10/10/2025, (sexta-feira) de modo que a presente impugnação poderá ser apresentada até a presente data 07/10/2025 (Terça-feira).**



## **MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**

### **2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO:**

Antes de apresentarmos formalmente a impugnação ao Edital de Licitação, permita-nos expressar nosso profundo respeito e consideração pelo trabalho desenvolvido pela estimada Comissão e por todos aqueles envolvidos na elaboração dos processos licitatórios da Prefeitura de Agudos.

Compreendemos plenamente a complexidade e os desafios associados à condução de licitações.

Este signatário possui um entendimento empático das dificuldades enfrentadas pelo setor. Sabemos que cada detalhe em um edital é meticulosamente considerado para atender tanto às necessidades administrativas quanto às exigências legais rigorosas.

### **DOS ERROS DO EDITAL**

Além das ilegalidades acima apontadas, o edital contém **inconsistências formais e materiais** que comprometem a segurança jurídica do processo:

1. **Contradições entre o objeto e a habilitação técnica:** enquanto o objeto prevê a contratação de motoristas e recepcionistas, o edital aceita atestados de qualquer natureza (limpeza, portaria, apoio administrativo), o que não guarda correspondência com as funções licitadas.
2. **Incoerência nos prazos:** o edital apresenta divergência de datas entre a “sessão pública” e o “início do cadastramento das propostas”, gerando insegurança para os licitantes e violando o princípio da publicidade (art. 5º, Lei 14.133/2021).
3. **Falta de clareza nos quantitativos:** o termo de referência utiliza expressões como “sem posto fixo” para funções contínuas, sem especificar os locais de trabalho. Isso compromete a transparência, pois



## MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA

impede que os licitantes dimensionem adequadamente os custos, em afronta ao art. 22, §1º, da Lei 14.133/2021.

4. **Valor estimado sem memória de cálculo:** o edital apresenta valores de referência (motorista: R\$ 6.470,75; recepcionista: R\$ 6.226,73) sem qualquer planilha detalhada ou justificativa de mercado. Tal omissão viola o art. 23, §1º, da Lei 14.133/2021, que exige pesquisa de preços documentada.
5. **Cláusulas que afrontam a isonomia:** há exigências formais desproporcionais para micro e pequenas empresas (tratamento favorecido restrito), em desacordo com os arts. 44 e 45 da LC 123/2006, configurando afronta à competitividade.

Esses erros, somados às ilegalidades já apontadas, tornam o certame **inseguro, antieconômico e passível de anulação**.

### I – DOS FATOS

O Município de Agudos publicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de terceirização de mão de obra para as funções de motorista, zelador e recepcionista, pelo valor estimado de R\$ 2.374.680,12 (dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e doze centavos).

Todavia, o edital apresenta **ilegalidades e vícios graves** que comprometem a lisura do certame, afrontam a legislação vigente e, sobretudo, geram **prejuízo ao erário municipal**, razão pela qual deve ser impugnado.

### II – DAS ILEGALIDADES

#### 1. Da burla ao concurso público (art. 37, II, CF/88)

As funções de motorista, recepcionista e zelador são típicas de **cargos permanentes da Administração Pública**. Assim, sua ocupação deve ocorrer exclusivamente mediante **concurso público**, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.

A terceirização proposta no edital configura **fraude à exigência constitucional**, conforme decidido pelo **STF** (ADC 16/DF e RE 960429, Tema 725), e afronta a **Lei Municipal de Agudos**, que disciplina o provimento dos cargos efetivos.

O **TCU** igualmente já assentou que a terceirização de funções permanentes é irregular e gera nulidade da contratação (Acórdão 1.214/2013-Plenário).



## **MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**

### **2. Dos preços acima do valor de mercado (art. 23, Lei 14.133/2021)**

O Termo de Referência fixa salários mensais de **R\$ 6.470,75 para motorista e R\$ 6.226,73 para recepcionista**, valores muito acima da média praticada no mercado e registrada em fontes oficiais (CAGED, RAIS e convenções coletivas), que giram entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00.

Tal discrepância caracteriza **sobre preço e potencial superfaturamento**, violando o art. 23 da Lei 14.133/2021, o princípio da economicidade e a jurisprudência do TCU (Acórdão 775/2015-Plenário).

Assim, o edital impõe contratação lesiva ao interesse público e acarreta **prejuízo direto ao Município**.

### **3. Da ausência de exigência do índice de endividamento (item 13.4)**

O edital exige apenas a apresentação de índices de liquidez corrente e geral, mas **não prevê o grau de endividamento** da empresa licitante.

O **grau de endividamento** é índice fundamental para avaliar a saúde financeira da contratada, sendo amplamente reconhecido pelo **TCU** (Acórdão 325/2007-Plenário; Acórdão 775/2015-Plenário) como essencial para evitar a contratação de empresas descapitalizadas e sem condições de cumprir o objeto.

A omissão viola o art. 69, §1º, II, da Lei 14.133/2021 e compromete a segurança do contrato.

### **4. Da exigência insuficiente de qualificação técnica (item 13.5)**

O edital, em seu item 13.5, admite a apresentação de **atestados de serviços “de qualquer natureza”**, como limpeza, portaria ou apoio administrativo, para fins de comprovação de qualificação técnica.

Tal previsão é **incompatível com o objeto do certame**, que tem como escopo a contratação de mão de obra especializada em **motoristas e recepcionistas**. **É evidente que não se pode aferir a aptidão de uma empresa para gerir postos de motoristas, por exemplo, a partir de atestados de atividades completamente distintas, como limpeza ou apoio administrativo.**

A exigência genérica viola frontalmente o **art. 67, §2º, I, da Lei 14.133/2021**, que determina que a Administração deve restringir a qualificação técnica à



## **MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**

demonstração da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Ademais, a **Súmula 24 do TCESP** estabelece que *“é obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica, devidamente registrado na entidade profissional competente”*, ou seja, **CREA ou CAU**, conforme a natureza da atividade. Essa exigência visa garantir a veracidade e a rastreabilidade do documento, impedindo que sejam apresentados atestados sem fé pública ou sem lastro técnico idôneo.

O próprio **TCU**, no Acórdão 2.622/2013-Plenário, consolidou o entendimento de que a Administração deve exigir atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da licitação, vedando a aceitação de atividades genéricas que não demonstrem a real experiência da licitante.

Portanto, o edital, ao admitir atestados de “qualquer natureza”, **fragiliza a habilitação técnica**, permitindo que empresas sem experiência comprovada em **serviços de motorista e recepcionista** participem do certame, o que compromete a seleção da proposta mais vantajosa e expõe o Município a graves riscos de inexecução contratual.

Assim, impõe-se a retificação do item 13.5, para que se exija **atestados de capacidade técnica específicos, compatíveis com as funções de motorista e recepcionista**, devidamente **registrados nos órgãos de classe competentes (CREA ou CAU)**, em observância à Lei 14.133/2021, à Súmula 24 do TCESP e à jurisprudência do TCU.

### **III – DOS PRINCÍPIOS VIOLADOS**

**As falhas apontadas afrontam:**

1. **Burlou a exigência constitucional do concurso público** (art. 37, II, CF/88), ao prever a terceirização de cargos permanentes (motoristas, recepcionistas e zeladores), em afronta ao regime jurídico próprio dos servidores efetivos. O STF, no julgamento da **ADC 16/DF** e do **RE 960429 – Tema 725**, consolidou entendimento no sentido de que a terceirização não pode ser utilizada para substituir o provimento regular de cargos públicos.
2. **Fixou valores de referência acima do mercado**, sem memória de cálculo, afrontando o art. 23 da Lei 14.133/2021 e violando a legalidade estrita, pois a Administração só pode gastar dentro dos limites da lei e do interesse público.



## **MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**

3. **Deixou de exigir o índice de endividamento**, apesar de previsão expressa no art. 69, §1º, II, da Lei 14.133/2021, além da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 775/2015-Plenário e 325/2007-Plenário). Essa omissão contraria a legislação federal e compromete a análise da capacidade econômico-financeira das empresas licitantes.
4. **Prevê qualificação técnica genérica**, aceitando atestados de serviços de qualquer natureza, ainda que alheios ao objeto licitado. Isso afronta o art. 67, §2º, I, da Lei 14.133/2021, bem como a **Súmula 24 do TCESP**, configurando violação ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Tais ilegalidades evidenciam que o certame, tal como estruturado, não se limita a meras falhas formais: ele **fringe a Constituição Federal e a legislação de regência**, esvaziando a força normativa do art. 37, caput, e colocando em risco o interesse público, a moralidade administrativa e a própria eficiência da gestão.

Assim, a manutenção do edital, em sua redação atual, configura verdadeiro **ato inconstitucional e antijurídico**, que deve ser sanado por meio da anulação ou retificação das cláusulas ilegais, **sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos**.

### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer o IMPUGNANTE que esta Administração:

1. **Reconheça a ilegalidade do edital**, suspendendo o Pregão Eletrônico nº 023/2025;
2. **Determine a retificação do item 13.4**, para incluir a exigência de apresentação do **índice de endividamento**;
3. **Determine a retificação do item 13.5**, para exigir **atestados de capacidade técnica compatíveis com as funções de motorista e recepcionista**;
4. **Revise os valores estimados** no Termo de Referência, adequando-os ao valor de mercado, a fim de evitar sobre preço e lesão ao erário;
5. **Abstenha-se de terceirizar funções permanentes**, providenciando o provimento regular dos cargos via concurso público, em respeito ao art. 37, II, CF/88 e à Lei Municipal de Agudos.



## **MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**

**Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa D. Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o art. 41, da Lei nº 14.133/21, evitando-se assim termos que nos portar de representação junto ao TCESP, e denúncia ao Ministério Público e de competente Ação Judicial de Mandato de Segurança com pedido de liminar suspendendo a contratação para consolidada medida da mais íntegra e lúdima.**

**Justiça e Direito!**

**Nestes termos,  
Pede deferimento**

**Bauru, 06 de Outubro de 2025.**

---

**MG LICITAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA – ME  
CNPJ nº 46.887.173/0001-74  
GABRIEL SILVA MARINHO  
RG: 48.811.896-7 SSP/SP - CPF: 424.895.108-8**